

Antônio de Pádua Ribeiro

# Reflexões Jurídicas

*Palestras, Artigos & Discursos*

Brasília – 2000



BRASÍLIA JURÍDICA

## O Senado e a Previdência Social

A polêmica sobre a aposentadoria e pensão dos magistrados assumiu despropositadas proporções a partir do momento em que o ilustre Presidente do Supremo Tribunal Federal, com grande infelicidade, taxou de antiética e antidemocrática a deliberação dos Senadores, tomada por 59 votos a 10, no sentido de aprovar o texto da reforma da previdência social relativo ao Poder Judiciário, objeto da polêmica. A posição do Ministro Celso Mello conseguiu, a um só tempo, indispor a opinião pública contra o Senado, o próprio Supremo, onde é voto vencido, e toda magistratura nacional. Esses entes se sentiram profundamente atingidos na sua respeitabilidade, ocorrendo o mesmo no tocante à dignidade dos seus membros.

Tão uníssonos foram os clamores populares que o eminente Presidente do Senado, Senador Antônio Carlos Magalhães, tomou a única atitude que lhe cabia na ocasião: posicionou-se, na defesa da instituição a que preside, pela rejeição do texto aprovado, quando da sua votação em segundo turno. Parece-me, porém, que esse posicionamento não mais se justifica. Adotá-lo, será reconhecer que o Senado errou, o que não aconteceu.

Na verdade, tudo o que ocorreu até aqui resulta de grande equívoco. A emoção com que o tema vem sendo debatido obscureceu a razão. Com efeito, o texto aprovado pelo Senado, com endosso do Supremo, não cria nenhum privi-

légio. Cingiu-se a deixar para a lei complementar, chamada de Estatuto da Magistratura, o disciplinamento da matéria. Desconstitucionalizou a questão, ou seja, deixou para a lei complementar o tema relativo à aposentadoria e à pensão dos magistrados. Trata-se de grande evolução e não involução.

Por outro lado, a providência consubstanciada na emenda aprovada era indispensável, pois o juízes estão sujeitos a regime estatutário. Muitos dispositivos do art. 40 não lhes podem ser aplicados. Isso é tecnicamente inviável ou, quando não, muito discutível. Daí a indispensabilidade de explicitar que a sua incidência, quanto a eles, ocorrerá “no que couber”.

Note-se que esta expressão é utilizada pelo § 13 do art. 40, introduzido pelo substitutivo do Senado quanto à aplicação do regime geral da previdência social no que se refere aos servidores públicos titulares de cargos efetivos. É o mesmo proceder que se alvitra com atinência aos juízes, titulares de cargos vitalícios e não efetivos.

Esclareça-se que os magistrados ingressam no cargo por concurso público e, a partir de então, têm a sua investidura, posse e exercício, rigorosamente regulamentadas, com muitas restrições não aplicadas aos servidores e trabalhadores em geral. De outra parte, há certas garantias que lhe são inerentes -, os chamados predicamentos da magistratura. Tudo isso há de ser considerado pelo legislador na elaboração da futura lei.

A lei complementar, a ser aprovada, poderá manter, ou não, a atual situação dos magistrados ou alterá-la para pior, como fez a emenda do governo quanto aos demais previdenciários. Não creio que irá manter a posição atual. Muitas restrições deverão ser impostas e muitas delas já foram aceitas pelas associações de classe. Seja como for, a referida lei, de iniciativa do Supremo, será submetida às duas Casas do Congresso Nacional, que poderá aprovar, alterar ou rejeitar o projeto. Se aprovado, com ou sem alterações, ainda estará sujeito a sanção ou veto do Presidente da República. Esse será o momento para eventuais críticas, se for o caso. Não é possível colocar a opinião pública contra o Senado, o Supremo e o Poder Judiciário por hipótese. Isso é um absurdo!

Nesse contexto, se o Senado deliberou com acerto e espírito público no que se refere à matéria, não se deve esperar que os Senhores Senadores, na votação de segundo turno alterem o seu ponto de vista, para modificar, quanto ao mérito, a emenda já aprovada em primeiro turno. Tanto mais que, segundo o regimento do Senado, as alterações, em segundo turno, só podem ser de redação sem atingir a essência do texto, conforme tem divulgado a imprensa.

Ademais, entende-se que o contrário será admitir-se que o Senado irá “vestir a carapuça” que lhe quer colocar a opinião pública mal informada. Isso, creio que não acontecerá.

Assim pensa o Superior Tribunal de Justiça; consta das suas responsabilidades perante a Nação brasileira, por unanimidade de votos, condenar os solertes ataques ao Senado Federal e ao Poder Judiciário, por traduzirem idéias não compatíveis com a realidade.

Artigo publicado em 8 de outubro de 1997  
Correio Braziliense, p. 23